

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA

Saúde Coletiva

Fernanda Miguel de Andrade
(Organizadora)



A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA

Saúde Coletiva

Fernanda Miguel de Andrade
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A construção do campo da saúde coletiva

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Fernanda Miguel de Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C758 A construção do campo da saúde coletiva / Organizadora
Fernanda Miguel de Andrade. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-063-3

DOI 10.22533/at.ed.633211705

1. Saúde. I. Andrade, Fernanda Miguel de
(Organizadora). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coleção “A Construção do Campo da Saúde Coletiva” é uma obra composta por 2 volumes. O volume 1 é constituído por vinte capítulos que trazem estudos que analisaram a conduta dos profissionais de saúde na prática assistencial, e o impacto do fortalecimento, do investimento financeiro, do gerenciamento eficiente e da ampliação da atenção básica à saúde. Além disso, neste volume é possível constatar a importância da presença de conteúdos de aprendizagem em material educativo em saúde, também foi averiguado o grau de conhecimento de pacientes atendidos nas unidades de saúde sobre suas patologias. Os estudos que compõem o volume 1 desta obra apontam estratégias para melhorias nos serviços de saúde, objetivando aumentar o nível de segurança ao paciente, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e dos profissionais de saúde, promover a diminuição dos custos no sistema de saúde, a otimização da acessibilidade aos serviços de saúde e da educação em saúde, incentivando a realização do autocuidado efetivo e consequentemente evitando complicações futuras ao paciente.

O volume 2 é composto por vinte e quatro capítulos que trazem estudos multidisciplinares no campo da promoção da saúde, apresentando contextos históricos ao longo dos anos que apontam a importância do papel da sociedade na prevenção de problemas de saúde e na manutenção do estado de saúde. Demonstram que o cuidado da saúde física e mental, acompanhamento com especialistas, e condições sanitárias adequadas são estratégias importantes para evitar doenças e suas complicações.

Deste modo a obra “A Construção do Campo da Saúde Coletiva” apresenta estudos fundamentados e atuais, descritos de maneira didática e com uma linguagem científica acessível, se tornando um importante instrumento de divulgação científica de resultados importantes que refletem a nossa sociedade.

Fernanda Miguel de Andrade

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COMO IMPORTANTE FERRAMENTA PARA REDUZIR O RISCO DE INFECÇÕES HOSPITALARES

Pamela Nery do Lago
Flávia Cristina Duarte Silva
Paola Conceição da Silva
Ronaldo Antônio de Abreu Junior
Liane Medeiros Kanashiro
Samanntha Lara da Silva Torres Anaisse
Michelly Angelina Lazzari da Silva
Livia Sayonara de Sousa Nascimento
Fabiana Ribeiro da Silva Braga
Danielle Freire dos Anjos
Fernanda Ghesa Oliveira SantAnna Moraes Carvalho
Juliane Guerra Golfetto

DOI 10.22533/at.ed.6332117051

CAPÍTULO 2..... 8

ANÁLISE DESCRITIVA DAS INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS A ATENÇÃO BÁSICA FRENTE A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MARIÁPOLIS-SP

Tayná Vilela Lima Gonçalves
Taiany Flaviany Lucia De Sousa
Fernando Augusto Horikawa Leonardi
Márcio José Garcia Borges

DOI 10.22533/at.ed.6332117052

CAPÍTULO 3..... 18

ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM EM UM MATERIAIS EDUCATIVOS SOBRE HANSENIASE

Alessandra Aparecida Vieira Machado
Danielly Ferri Gentil
Mayara Paula da Silva Marques Hortelan
Antônio Sales

DOI 10.22533/at.ed.6332117053

CAPÍTULO 4..... 27

ANÁLISE DO GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE O DIABETES E PERFIL ALIMENTAR DE PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO 2 DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CUIPIRA, PERNAMBUCO, BRASIL

Maria Viviane Alves Ferreira
Rosalva Raimundo da Silva
Lais Amorim Queiroga Carneiro da Cunha
Elisa de França Luna
Carla Maria Bezerra de Menezes
Andrei Felipe Loureiro do Monte Guedes

Ana Maria Rampeloti Almeida
DOI 10.22533/at.ed.6332117054

CAPÍTULO 5..... 40

APESAR DE VOCÊ AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA: A INTERFERÊNCIA DO TRABALHO NA VIDA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Tiago Pereira de Souza
Paulo Antônio Barros Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6332117055

CAPÍTULO 6..... 54

ASSISTÊNCIA AO PACIENTE COM TUBERCULOSE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Victor Guilherme Pereira da Silva Marques
Célio Pereira de Sousa Júnior
Graciele da Silva Carvalho
Elielson Rodrigues da Silva
Marks Passos Santos
Mariel Wágner Holanda Lima
Bruno Santos Souza
Rodrigo Andrade Leal
Ana Carla Almeida de Melo
Tarcísio Gonçalves de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.6332117056

CAPÍTULO 7..... 60

ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO BRASIL: UM ESTUDO DE SÉRIE TEMPORAL DE 2017 A 2019

Isabel Cristina Ribeiro Regazzi
Virginia Maria de Azevedo Oliveira Knupp
Kamile Santos Siqueira
Janaína Luiza dos Santos
Jane Baptista Quitete
Diana Paola Gutiérrez Diaz de Azevedo
Pedro Henrique Teles Ferreira
Pedro Regazzi Barcelos
Gilberto Santos de Aguiar
Riva Schumacker Brust
Daniel Erthal Hermano Caldas
Marcia da Rocha Meirelles Nasser

DOI 10.22533/at.ed.6332117057

CAPÍTULO 8..... 76

AVALIAÇÃO DA CAMPANHA “OUTUBRO ROSA” DE ACORDO COM A REALIZAÇÃO DE MAMOGRAFIAS NO MÊS DE OUTUBRO EM ALAGOAS, ENTRE 2015 E 2020

Amanda de Souza Soares
Gabrielle Moraes de Deus Araújo
Renata Marcela Cavalcante Ferreira Ferro

Beatriz Brito Ribeiro
Camila de Barros Prado Moura-Sales
DOI 10.22533/at.ed.6332117058

CAPÍTULO 9..... 86

CAPACIDADE DISCRIMINATIVA DA ESCALA DE BRADEN NA PREDIÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Graziela Argenti
Gerson Ishikawa
Cristina Berger Fadel

DOI 10.22533/at.ed.6332117059

CAPÍTULO 10..... 100

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ORIENTAÇÕES DE AUTOCUIDADO EM HOMENS DIABÉTICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Maria Julia de Lima
Jullyendre Alves Teixeira da Silva
Beatriz Krull Elias
Natalia Maria Maciel Guerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.63321170510

CAPÍTULO 11..... 106

INSTRUMENTO PARA APLICAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE HIPERTENSO - NÍVEL DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA

Dimily Kaelem Carvalho do Nascimento
Ana Caren dos Santos Paz
Marcia Eduarda Rios Rodrigues
Geovana Rachel Figueira Coelho
Michele da Costa Melo
Giselle Caroline Carvalho Ribeiro
Natália de Carvalho Coelho
Ana Beatriz Vieira Lima
Luan de Sousa Loiola
Maicon Tavares Pontes
Milena Lima de Sousa
Maria Luiza Nunes

DOI 10.22533/at.ed.63321170511

CAPÍTULO 12..... 118

INTEGRAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE: UMA INTERVENÇÃO SOBRE DTAH NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE

Vanessa Silva Farias
Ricardo Costa Frota
Dennis Moreira Gomes
Natália Reis de Carvalho
Marcionília de Araújo Lima Neta
Catarina de Vasconcelos Pessoa
Maria Socorro Carneiro Linhares

DOI 10.22533/at.ed.63321170512

CAPÍTULO 13.....	124
INTEGRALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: AVALIANDO O AGENDAMENTO DE CONSULTAS DERMATOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE	
Vanessa Silva Farias	
Ricardo Costa Frota	
Dennis Moreira Gomes	
Maristela Inês Osawa de Vasconcelos	
Izabele Mont`Alverne Napoleão Albuquerque	
Natália Reis Carvalho	
Marcionília de Araújo Lima Neta	
DOI 10.22533/at.ed.63321170513	
CAPÍTULO 14.....	131
INTERAÇÕES SOCIAIS E SÍNDROME DE ESGOTAMENTO NO TRABALHO (BURNOUT) EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE	
Eraldo Bittencourt de Gouvêa	
DOI 10.22533/at.ed.63321170514	
CAPÍTULO 15.....	144
PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO PRINCÍPIO ORGANIZATIVO DO SUS	
Alan Bruno da Silva Nunes	
Beatriz Batista Borges	
Maria Fernanda Carlos Pereira Liro	
Jorge Costa Neto	
Mary Lee dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.63321170515	
CAPÍTULO 16.....	152
PÊNFIGO VULGAR: DO DIAGNÓSTICO AO TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	
Bianca Borges Romeiro Caetano	
Caren Serra Bavaresco	
Rubem Beraldo dos Santos	
Flávio Renato Reis de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.63321170516	
CAPÍTULO 17.....	162
PERCEPÇÕES DE MÉDICOS E ENFERMEIROS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA ACERCA DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL EM SERVIÇOS DE SAÚDE	
Cristiane Aragão Santos	
Ana Paula Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.63321170517	
CAPÍTULO 18.....	177
PROJETO REVIVER - CENTRO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM TOCANTINS	
Soraia Maria Tomaz	

Raphael Cota Couto

DOI 10.22533/at.ed.63321170518

CAPÍTULO 19..... 185

**RELAÇÕES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COM PESSOAS COM
TRANSTORNO MENTAL E FAMILIARES**

Zaira Letícia Tisott

Leila Mariza Hildebrandt

Keity Laís Siepmann Soccol

Aline Kettenhuber Gieseler

Marinês Tambara Leite

DOI 10.22533/at.ed.63321170519

CAPÍTULO 20..... 198

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL: UMA ANÁLISE DE DADOS DE NOTIFICAÇÃO E DE
ESTRATÉGIAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Elisabete Calabuig Chapina Ohara

Evanice de Jesus Santos

Giovana Ornelas Bassanelli

Luísa Cristina Azevedo Folli

Samara Silva de Alcantara

Victória Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.63321170520

SOBRE A ORGANIZADORA..... 216

ÍNDICE REMISSIVO..... 217

CAPÍTULO 7

ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO BRASIL: UM ESTUDO DE SÉRIE TEMPORAL DE 2017 A 2019

Data de aceite: 01/05/2021

Data da submissão: 20/03/2021

Isabel Cristina Ribeiro Regazzi

Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio das Ostras/Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-0662-9446>

Virginia Maria de Azevedo Oliveira Knupp

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Rio das Ostras/Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0001-5512-2863>

Kamile Santos Siqueira

Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio das Ostras/Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-7206-704X>

Janaína Luiza dos Santos

Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio das Ostras, Rio de Janeiro.
<https://orcid.org/0000-0002-8664-9569>

Jane Baptista Quitete

Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio das Ostras, Rio de Janeiro.
<https://orcid.org/0000-0003-0330-458X>

Diana Paola Gutiérrez Diaz de Azevedo

Profsaúde (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
<https://orcid.org/0000-0003-2865-7824>

Pedro Henrique Teles Ferreira

Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio das Ostras, Rio de Janeiro.
<http://orcid.org/0000-0001-7967-235X>

Pedro Regazzi Barcelos

Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Duque de Caxias, Rio de Janeiro.
<https://orcid.org/0000-0002-2168-6609>

Gilberto Santos de Aguiar

Secretaria Municipal de Saúde Casimiro de Abreu. Casimiro de Abreu, Rio de Janeiro.
<https://orcid.org/0000-0001-8121-944X>

Riva Schumacker Brust

Universidade Federal Fluminense. Casimiro de Abreu. Rio de Janeiro.
<https://orcid.org/0000-0002-4662-1238>

Daniel Erthal Hermano Caldas

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1232-215X>.

Marcia da Rocha Meirelles Nasser

Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1956-0601>.

RESUMO: Descrever a evolução dos procedimentos ao longo de três anos das PIC no Sistema Único de Saúde (SUS) após a implantação da política. Trata-se de um estudo descritivo de base populacional que analisou as informações dos procedimentos, que compõem as Práticas Integrativas Complementares, contidas no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) do Brasil no período de 2017 a 2019. A unidade de análise é o Brasil dividido geograficamente em 27 Unidades de Federação. Foram selecionados os procedimentos do BPA

do SIA/SUS: Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas; Sessão de Arteterapia; Sessão de Meditação, Sessão de Musicoterapia, sendo verificados os anos de 2017, 2018 e 2019. Um mapeamento dos procedimentos foi realizado segundo a Unidade de Federação constante no BPA. Identificou-se uma distribuição desigual no número de procedimentos de acupuntura com inserção de agulhas, meditação, arteterapia e musicoterapia entre os estados do Brasil, com os valores mais baixos na região Norte e em geral, o maior número de procedimentos nos estados do Sudeste, região, que por sua vez, constitui um polo em produção científica, sobre eficácia e eficiência das PIC em saúde em diversas práticas. O Brasil consiste em um país em desenvolvimento, com o intuito de identificar possíveis fatores locais que influenciam no processo de adoção, incorporação e implementação destas práticas nos serviços de saúde.

PALAVRAS - CHAVE: Terapias Complementares; Sistemas de Informação em Saúde; Sistema Único de Saúde.

OUTPATIENT CARE IN COMPLEMENTARY INTEGRATIVE PRACTICES IN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM: A TIME SERIES STUDY FROM 2017 TO 2019

ABSTRACT: To describe the evolution of procedures over three years of Pic in the Unified Health System (SUS) after the implementation of the policy. This is a descriptive population-based study that analyzed the information of the procedures, which compose the Complementary Integrative Practices, contained in the Outpatient Information System (SIA/SUS) of Brazil in the period from 2017 to 2019. The unit of analysis is Brazil geographically divided into 27 Federation Units. The BPA procedures of the SIA/SUS were selected: Acupuncture Session with Needle Insertion; Art therapy session; Meditation Session, Music Therapy Session, being verified the years 2017, 2018 and 2019. A mapping of the procedures was performed according to the Federation Unit in the BPA. An unequal distribution was identified in the number of acupuncture procedures with needle insertion, meditation, art therapy and music therapy among the states of Brazil, with the lowest values in the North region and in general, the largest number of procedures in the states of the Southeast, region, which in turn constitutes a pole in scientific production, on efficacy and efficiency of ICP in health in various practices. Brazil consists of a developing country, in order to identify possible local factors that influence the process of adoption, incorporation and implementation of these practices in health services.

KEYWORDS: Complementary Therapies; Health Information Systems; Unified Health System.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) utiliza o termo Medicina Complementar/ Alternativa (MAC) ou, simplesmente, Medicina Tradicional (MT) para nomear um amplo universo de conhecimentos, atitudes e práticas, baseadas em teorias, crenças e experiências advindas de diferentes culturas, utilizadas para a manutenção da saúde, prevenção, diagnóstico, recuperação ou tratamento de doença física ou mental. (OMS,

2013).

As MAC/MT estão presentes na agenda internacional da OMS desde o final da década de 1970 e junto dela um conjunto variado de condições tem lhe possibilitado maior valorização e legitimidade no campo oficial da saúde (OMS, 2013). Este cenário tem estimulado a implantação de políticas nacionais de MAC/MT em todo o mundo. Em 2006, o Brasil seguiu essa tendência mundial e publicou a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), quando apresentou um conjunto de objetivos e diretrizes para implementação de práticas e sistemas terapêuticos associados às MAC/MT no Sistema Único de Saúde (SUS) (MS, 2006).

Devido especialmente ao princípio da descentralização dos serviços, que constituem um dos pilares do SUS, os Estados e Municípios tiveram uma maior autonomia para implantar ações e serviços públicos, sem depender somente das ações em saúde da União (MS, 2006). Algumas dessas ações implantadas se tratam de Práticas Integrativas e complementares (PICS), ou também denominadas práticas integrativas de saúde, que vêm se disseminando, e tornando-se realidade no âmbito da rede de atenção básica da saúde pública (FERREIRA et al., 2020). A origem das práticas integrativas nos sistemas públicos de saúde vem no final da década de 70, com a Primeira Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde, tendo sua importância reconhecida para o cuidado em saúde, a partir de recomendações aos Estados no sentido de formularem políticas locais para a implementação dessas práticas, principalmente na atenção primária à saúde (TELESI JUNIOR, 2016, p. 102).

No final da década de 70, durante a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em Alma-Ata, na então União Soviética, cujo o tema foi “Saúde para Todos no Ano 2000”, a OMS criou o Programa de Medicina Tradicional para a formulação de Políticas Públicas na área, comprometendo-se a incentivar seus Estados-membros à formulação e implementação de políticas para o uso integrado e racional da Medicina Tradicional (MT) e Medicina Complementar e Alternativa (MCA), visando o crescente aumento de demanda por tais práticas (OMS, 1978) A qualidade, segurança e eficácia de tais práticas são comprovadas e sua contribuição não pode deixar de ser notada quando se fala em atenção à saúde centrada na pessoa.

Todo o processo de formulação da política durou décadas até que em maio de 2006, o Ministério da Saúde, embasado em diretrizes da Organização Mundial da Saúde, aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) por meio da Portaria GM/MS nº 971, em 3 de maio de 2006, contemplando distintas práticas, tais como: acupuntura, homeopatia, fitoterapia, antroposofia e termalismo.

A partir de um processo lento em 2017, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 849/2017, de 27 de março, a qual incluiu outros tipos de Práticas Integrativas Complementares (PICs) nos serviços de saúde pública: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki,

shantala, terapia comunitária integrativa e o yoga.

Complementarmente em 2018, o Ministério da Saúde, publicou a Portaria n. 702, de 21 de março, que altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).

Diante da recente implementação das Práticas Integrativas Complementares e da importância de conhecer o quantitativo de procedimentos realizados pelo SUS, de forma espacial e longitudinal, o objetivo deste estudo é descrever a evolução dos procedimentos ao longo de três anos das PIC no Sistema Único de Saúde (SUS) após a implantação da política.

2 | MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo série temporal que analisou as informações dos procedimentos, que compõem as Práticas Integrativas Complementares, contidas no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) do Brasil no período de 2017 a 2019. A unidade de análise é o Brasil dividido geograficamente em 27 Unidades de Federação.

As informações foram obtidas através dos dados do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), que é o instrumento de registro do SIA/SUS, que capta e processa as contas ambulatoriais do Sistema Único de Saúde, preenchidos de forma rotineira pelas unidades ambulatoriais. O BPA possui o número de atendimentos por procedimento e em alguns casos por grupo populacional (BRASIL, 2009). Foi criado para substituir a Guia de Autorização de Pagamento (GAP) e o Sistema de Informações e Controle Ambulatorial da Previdência Social (SICAPS) com o objetivo de financiar os atendimentos ambulatoriais. Em 1996, foi amplamente implantado nas Secretarias Municipais de Saúde, que de acordo com a Norma Operacional Básica 96 (NOB 96) era chamada de gestão semiplena (BRASIL, 2014). Em 1997, passou a processar também a Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC), que é um documento numerado e autorizado que registra os procedimentos de alta complexidade.

Foram selecionados os procedimentos do BPA do SIA/SUS: 1. Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas; 2. Sessão de Arteterapia; 3. Sessão de Meditação, 4. Sessão de Musicoterapia, sendo verificados os anos de 2017, 2018 e 2019. Um mapeamento dos procedimentos foi realizado segundo a Unidade de Federação constante no BPA.

A coleta de dados foi realizada no Tabnet, através do site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datapus), em quatorze de agosto de 2020. O processamento e o mapeamento das informações foram realizados por meio do TAB para Windows – TabWin (Datapus) que é um programa de código aberto desenvolvido pelo Datapus (www.datapus.gov.br).

A análise dos dados foi realizada por meio das variáveis contidas no SIA/SUS e sua

distribuição no espaço geográfico.

O presente estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) porque utilizou dados secundários não identificados disponíveis no Sistema de Informação em Saúde.

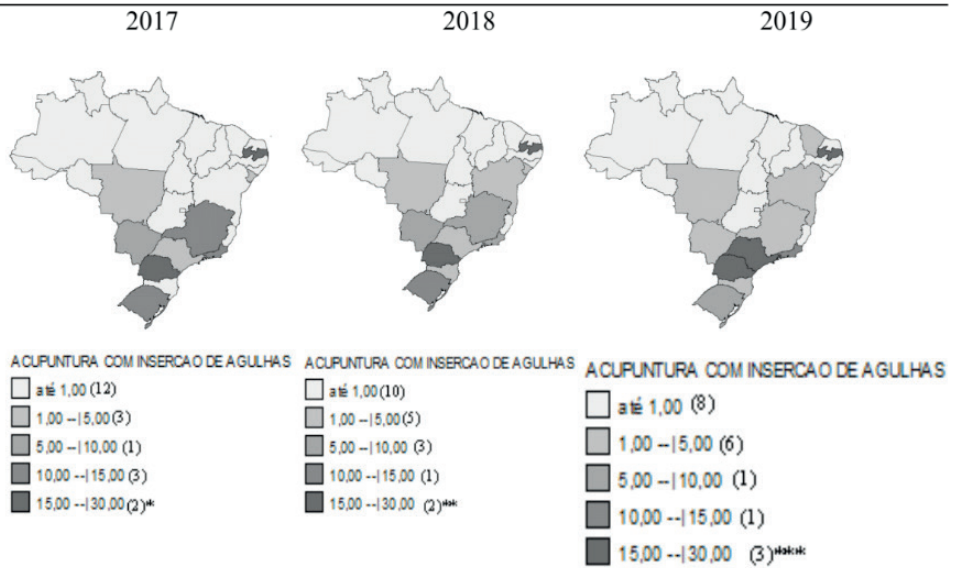
3 | RESULTADOS

No período de 2017 a 2019, foi observado um número no SIA/ SUS do Brasil de 1.699.595 procedimentos de “Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas”. O maior quantitativo foi verificado em 2019 (594.231 procedimentos). Na análise da distribuição espacial, verificou-se um número elevado de ignorados (1.497.180), que não foi incluído no mapa, pelo sistema não apresentar o estado do Brasil onde foi realizado o registro. Entre os estados, as proporções do procedimento “Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas”, no período analisado, se distribuíram como na tabela 1.

Estado	2017		2018		2019	
	N	%	N	%	N	%
Paraíba	10.512	22,2	15.504	25,7	19.973	21,1
Minas Gerais	6.922	14,6	3.988	6,6	3.593	3,8
Paraná	10.408	21,9	16.792	27,9	22.157	23,4
Rio Grande de Sul	5.734	12,1	6.128	10,2	6.090	6,4

Tabela 1 – Distribuição percentual do procedimento Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas no SIA/ SUS, Brasil, 2017 a 2019.

Vale destacar, a queda significativa no quantitativo do procedimento ao longo dos anos nos referidos estados e o baixo número nos estados da região Norte (Mapa 1).



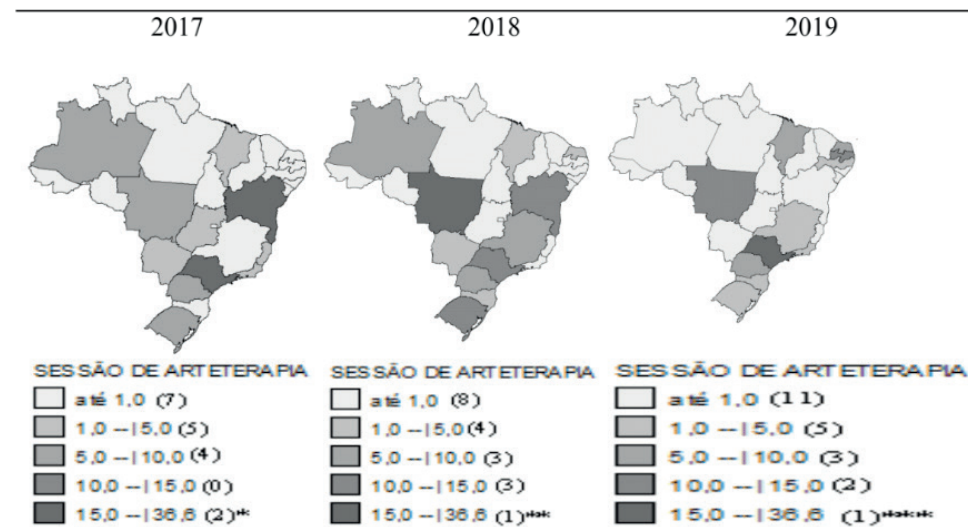
Mapa 1 – Distribuição do procedimento Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas no SIA/ SUS, Brasil, 2017 a 2019.

Fonte: SIA/ SUS (Data acesso: 14/08/2020).

Nota:*Maior proporção em 2017: 22,2%; ** Maior proporção em 2018: 27,9%; *** maior proporção em 2019: 23,4%.

Para o procedimento “Sessão de Arteterapia”, verificou-se 31.205 registros no período estudado, com aumento expressivo ao longo dos anos e destaque para o ano de 2019 com um número de procedimentos de 1712 (54,9%).

Entre os estados do Brasil, a maior proporção observada desse procedimento foi em 2017 na Bahia (n= 953; 29,2%) e em São Paulo (n= 907 e 27,8%); em 2018, em Mato Grosso (n= 2.660; 24,6%) e em São Paulo (n= 1.572; 14,5%); e, em 2019, no estado da Paraíba (n= 2.032; 11,9%) e em segundo lugar também no Estado de São Paulo (n= 6.261; 36,6%). A região Norte apresentou as menores frequências de realização do procedimento (Mapa 2).



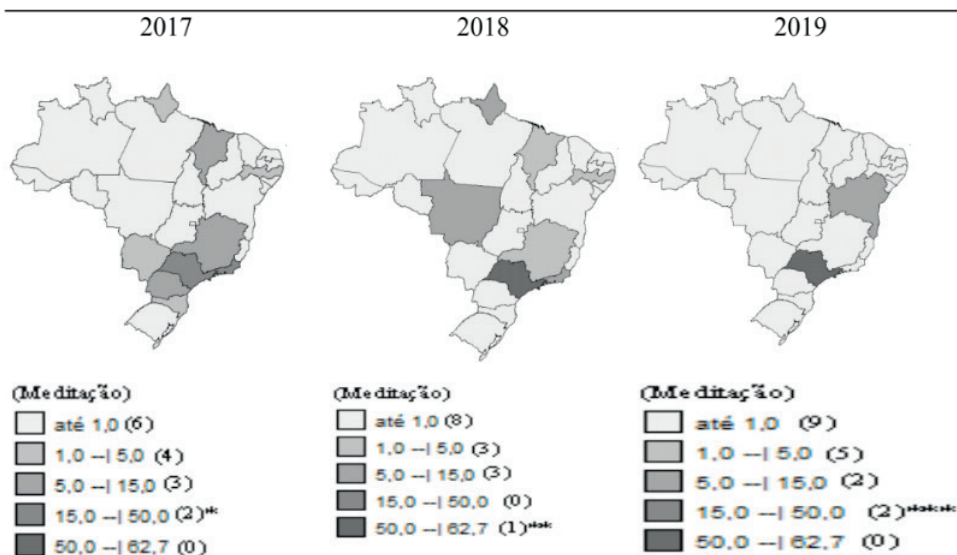
Mapa 2 – Distribuição do procedimento Sessão de Arteterapia no SIA/ SUS, Brasil, 2017 a 2019

Fonte: SIA/ SUS (Data acesso: 14/08/2020).

Nota:*Maior proporção em 2017: 29,2%; ** Maior proporção em 2018: 24,6%; *** maior proporção em 2019: 36,6%.

Em relação ao procedimento “Sessão de Meditação”, no total dos anos 2017, 2018 e 2019, foram observados 23.882 registros, com um aumento significativo entre os anos e maior valor em 2019 (n= 16.489; 69,0%).

Em 2017, as maiores proporções foram verificadas em São Paulo (n= 644; 46,9%) seguida pelo Rio de Janeiro (n= 253; 18,4%); em 2018, a maior proporção foi observada em Mato Grosso (n= 838; 13,9%) e São Paulo (n= 3.776; 62,7%); e, em 2019, os maiores valores foram observados na Bahia (n= 4.436; 26,9%) e em São Paulo (n= 7.711; 46,8%). A região Norte apresentou os menores valores (Mapa 3).

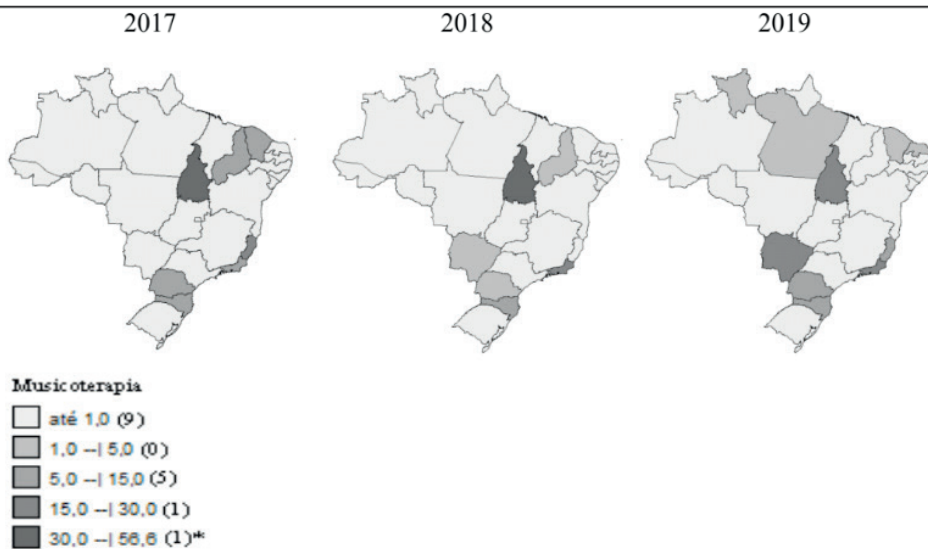


Mapa 3 – Distribuição do procedimento Sessão de Meditação no SIA/ SUS, Brasil, 2017 a 2019.

Fonte: SIA/ SUS (Data acesso: 14/08/2020).

Nota:*Maior proporção em 2017: 46,9%; ** Maior proporção em 2018: 62,7%; *** maior proporção em 2019: 46,8%.

Quanto ao procedimento “sessão de musicoterapia” as maiores proporções foram observadas em Tocantins sendo em 2017 de 31,2%; em 2018 de 56,6% e em 2019 de 25,2% (Mapa 4).



Mapa 4 – Distribuição do procedimento Sessão de Musicoterapia no SIA/ SUS, Brasil, 2017 a 2019.

Fonte: SIA/ SUS (Data acesso: 14/08/2020).

Nota:*Maior proporção em 2017: 31,2%; ** Maior proporção em 2018: 56,6%; *** maior proporção em 2019: 25,2%.

4 | DISCUSSÃO

Identificou-se uma distribuição desigual no número de procedimentos de acupuntura com inserção de agulhas, meditação, arteterapia e musicoterapia entre os estados do Brasil, com os valores mais baixos na região Norte e em geral, o maior número de procedimentos nos estados do Sudeste, região, que por sua vez, constitui um polo em produção científica, sobre eficácia e eficiência das PIC em saúde em diversas práticas (REIS, 2019).

Ainda que, a PNPIIC tenha surgido da necessidade de regulamentar e definir abordagens das práticas em todo o território brasileiro, em resposta a uma dinâmica díspar e desorganizada de difusão destas experiências antes da política, apenas após 13 anos que tem acontecido a expansão das PIC em saúde, especialmente, na região nordeste e sudeste (FERRAZ, 2019).

As dificuldades na ampliação das PIC no país são secundárias ao déficit na formação profissional; às deficiências na gestão do Sistema; e, ao predomínio da medicina alopática sobre a medicina integrativa (REIS, 2019). Por sua vez, pode-se afirmar que no cenário brasileiro, a Atenção Básica de Saúde (ABS) constitui um locus privilegiado para a implementação das PIC no SUS. Porém, enquadra-se, igualmente, no panorama de fragilidades do planejamento, a falta de recursos e a carência da perspectiva das PIC na

promoção da saúde (AGUIAR, 2019).

A implementação das PIC no SUS qualifica a integralidade dos serviços, sendo sua consolidação dependente de vários fatores no processo, enquanto gestão, políticas institucionais, atuação profissional; além da cultura local e organizacional (FERRAZ, 2019). Entretanto, a PIC não consegue satisfazer ainda as demandas dos usuários, que insatisfeitos com o modelo biomédico, poderiam ampliar o interesse e o uso, como suporte para a assistência em saúde.

A estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional (MTC) de 2014-2023 sinaliza a persistência de problemas na consolidação das PIC no mundo, enquanto desenvolvimento e aplicação de políticas e regulamentações; sua incorporação na APS; a avaliação da eficácia dos produtos e serviços; e, na formação de profissionais e as atividades de pesquisa, informação e comunicação em saúde relacionadas (OMS, 2013).

A MTC é subestimada na atenção à saúde, assim, a OMS aponta a medida estratégica de reconhecê-la como um recurso para contribuir na melhoria dos serviços de saúde e na obtenção de resultados sanitários medicina ocidental e a medicina tradicional neste cenário, a fim de obter os melhores benefícios e superar as deficiências de cada uma em forma complementar (OMS, 2013).

Barbosa et al. (2020) analisaram informações, da intercessão dos bancos de dados correspondentes ao Inquérito Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no SUS (2014-2016) e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) (2013-2014), correspondentes a 1.487 municípios brasileiros, dos quais, 23,5% ofertaram PICs nos três níveis de atenção (APS, secundária e terciária) e 8,6% especificamente na APS de 18 estados em todo o Brasil. Ao encontro da pesquisa, as regiões Nordeste e Sudeste persistem com maior oferta das PICS e as regiões Norte e Centro-oeste apresentaram uma menor oferta, indicando uma expansão e consolidação insuficiente destas práticas no território nacional.

Ainda que as PICS apresentem um potencial importante para o fortalecimento do SUS como um modelo de atenção diferenciado, profissionais da saúde referem limitações na ampliação do cuidado por meio destas práticas, associado às necessidades de reorganização dos processos de trabalho, da capacitação profissional e da superação do modelo hegemônico que valoriza principalmente as intervenções alopáticas que impedem um olhar para uma nova cultura de saúde (DALMOLIN, 2019).

Apesar de diversas iniciativas político-sociais como a Conferência de Alma Ata, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, e da OMS, focadas em enaltecer a relevância da promoção da saúde e da necessidade de ofertar outras práticas e estratégias de cuidado; gestores, trabalhadores e usuários podem ter desconhecimento da PNPIC devido existir uma fragilidade na discussão da inserção das PIC no país (RUELA, 2019). A implantação das PIC na APS, como inovação técnico-tecnológica, traz desafios na integração do trabalho interprofissional, visando assegurar a aproximação de profissionais e das equipes com

usuários, que são competências básicas para alcançar a integralidade e transversalidade do cuidado (BARROS, 2018).

Igualmente, a PNPIC promulga a garantia dos princípios estabelecidos pelo SUS. Portanto, torna-se fundamental declarar que os profissionais de saúde devem se habilitar para atender as normas e ações inerentes a esta política, mediante um processo de qualificação profissional; e, um processo formativo para implementar as PICs nos estabelecimentos assistenciais de saúde, com potencialidade de desencadear diversos benefícios, não se restringindo apenas a população atendida, mas também para a própria equipe de saúde (FISCHBORN et al., 2016).

Neste contexto, destaca-se a relevância das instituições de ensino superior, responsáveis pela formação de profissionais da saúde, em inserir na sua grade curricular o conteúdo das PICs, recomendando-se tal inclusão nos primeiros anos da graduação, objetivando oferecer aos futuros provedores de cuidado, um melhor aprimoramento, competência e habilidades no âmbito destas práticas (CALADO et al., 2019). Esta proposta da reformulação no ensino impacta diretamente a qualidade e a efetividade da assistência prestada pelo sistema público de saúde (FISCHBORN et al., 2016).

Ao igual que a expansão não homogênea das PIC pelas cinco regiões brasileiras, o crescimento de escolas médicas ainda que triplicado a partir de 1970, é desigual ao longo do território nacional e carente da sistematização de ensino da MCA, apesar das recomendações da OMS para a qualificação dos recursos humanos para o apoio da MCA, em especial na APS (ALBUQUERQUE et al., 2019).

Especificamente em relação à formação profissional, das 272 faculdades de medicina do Brasil, 57 abordam o ensino da MCA, sendo essa proporção maior nas regiões Sul, Centro-Oeste e com uma maior concentração nas capitais, como na Região Nordeste. Em geral, as escolas adotam um único modelo de prática e predomina o ensino da homeopatia e da acupuntura, seguida da medicina integrativa e da fitoterapia (ALBUQUERQUE et al., 2019).

Deste ângulo, a implantação da PNPIC em 2006 não teve um impacto significativo no SUS e entre outros fatores que interferem o processo de implementação das PICs no território brasileiro, encontra-se a falta de incorporação destas práticas pelos profissionais da saúde no seu ambiente de cuidado (MENDES et al., 2019). Todavia, existe certa disputa de poder entre a equipe de saúde, referente à qual categoria possui competência e habilidade para desempenhar as PICs.

Por outro lado, as PIC como uma tecnologia para a promoção da saúde ainda não materializada totalmente nas rotinas de “fazer saúde” imprimem seus benefícios sobre o paradigma biomédico incluindo práticas intersetoriais, baseadas no conceito de saúde expandido e positivo, além de ter a capacidade de prover cuidados individuais e coletivos com ênfase social e com maior acesso psicológico e afetivo; porém, movimentos de promoção da saúde e das PIC poderiam estar mais próximos explicitamente na teoria e na

prática no SUS (FRANCO, 2019).

Das PICs analisadas no presente estudo, a acupuntura está majoritariamente consolidada no Brasil. Ao encontro, a pesquisa conduzida por Boing et al. (2019) que analisou o uso de qualquer PIC nos últimos 12 meses e seus fatores associados no país a partir da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, com uma amostra de 145.580 adultos de 18 anos ou mais. No referido estudo a frequência do uso de PICs na população brasileira foi de 4,1%, com maior prevalência de uso das plantas medicinais e fitoterapia (2,5%), seguido da acupuntura (0,9%) e a homeopatia (0,6%). Igualmente, o uso das PIC foi maior na Região Norte, entre mulheres, idosos, com maior escolaridade e com 2 ou mais doenças crônicas.

Ainda no estudo de Boing et al. (2019), foi observada uma prevalência do uso da acupuntura maior na região Centro-Oeste (1,4%); seguido do Sul (0,9%); Sudeste (0,6%), Nordeste (0,2%); e, com menor prevalência, na região Norte (0,1%), situação que continua latente, evidenciada pelo baixo número de procedimentos de “Sessão de Acupuntura com Inserção de Agulhas” no SIA/ SUS, no período de 2017 a 2019, nos estados da região Norte, observados na presente pesquisa.

De igual forma, Ruela et al. (2019), na sua revisão integrativa reportaram o predomínio de estudos que abordaram várias práticas na mesma pesquisa que incluíram a acupuntura, prática que apresenta uma crescente adesão pelos usuários e maior oferta pelos serviços. Inclusive a OMS referiu no documento “Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional (MT) 2014-2023” que 80% dos 129 países dos Estados Membros reportaram a utilização da acupuntura; porém, existe um déficit de normas internacionais sobre esta prática (OMS, 2013).

Um estudo da produção científica sobre PICs na ABS durante os 10 primeiros anos de implementação da PNPIC (2006 a 2016) apontou a acupuntura como uma prática, majoritariamente referida nos estudos, atividade que se disseminou no SUS após ser exercida por outros profissionais não médicos (AGUIAR, 2019).

Ao respeito, à história da implementação da acupuntura no Brasil se sucedeu, no princípio, com o repúdio da medicina, sendo este procedimento milenar, adotado e exercido por profissionais de saúde de outras categorias, sendo, apenas na década de 1980, criado um movimento para introduzir esta prática nas atividades médicas. Tal cenário resultou, mais recentemente, em uma luta da medicina para transformar a acupuntura em uma especialidade restrita aos médicos, uma vez que havia iniciativas para incorporar a prática na rede pública de saúde e que tal procedimento ainda não se encontrava adequadamente regulamentado (ROCHA et al, 2015).

A acupuntura requer um processo de regulamentação, com a finalidade de oferecer esta prática à população de forma segura, e de atender as necessidades dos profissionais acupunturistas que possuem competência para exercê-la (ROCHA et al, 2015). Uma análise documental dos registros referentes à acupuntura e envolvendo diferentes documentos de

gestão entre 2001 e 2011 de 26 municípios do Departamento Regional de Saúde XIII de São Paulo, apontou algumas incoerências e contradições, incluídas após implantação da PNPIC, ressaltando o requerimento de um compromisso político com a institucionalização das PIC no SUS, que no caso, fortaleceria o planejamento, a inserção e a ampliação da acupuntura (SOUSA, 2017).

Deste outro ângulo, produções científicas relacionadas com o SUS e as PICS enfatizam na abordagem da acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia, podendo este fato ser um reflexo da baixa oferta de outras terapias nos serviços (RUELA, 2019). Como dado importante neste estudo, os procedimentos de meditação, musicoterapia e arteterapia apresentaram um aumento expressivo dos registros ao longo dos anos.

A arteterapia, a meditação e a musicoterapia foram incluídas à PNPIC pela Portaria nº 849, de 27 de março de 2017, práticas presentes nos serviços de saúde em todo o país segundo dados do ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ) na avaliação de 30 mil equipes de atenção básica no território nacional (BRASIL, 2017).

As práticas meditativas transitam como ato técnico e prática social que contribuem na construção de referências para o cuidado da saúde por meio de um processo de refinamento da auto-atenção, uma perspectiva holística entre promoção e cuidado terapêutico; porém, escassas evidências sobre as contribuições desta PIC e a precariedade da sua integração às demais ofertas dos serviços de saúde, são necessidades evidentes a ser abordadas (GALVANESE, 2017).

Investigações sobre o processo de implantação das práticas de meditação, musicoterapia e arteterapia no Brasil e especificamente na ABS, após sua inclusão na PNPIC, são quase inexistentes, ao igual do número reduzido de produções sobre seu uso. Estudos relacionados à musicoterapia em países da América do Sul são escassos, prática de maior utilização nas instituições hospitalares ainda que reconhecida pelos profissionais da saúde como uma tecnologia leve, de baixo custo e aplicável em diversos cenários (SANTEE, 2019).

Finalmente, os resultados quantitativos de procedimentos relacionados a estas PIC no território brasileiro nos últimos anos, correspondem a um reflexo das desigualdades histórico-sociais do Brasil, mas também da crescente oferta pelos profissionais da saúde e da adesão da população em uma inovação tecnológica centrada no autocuidado, na promoção de saúde e na qualidade de vida, práticas que ocorrem em um contexto plural de cuidados à saúde e na abordagem diferenciada aos indivíduos e coletivos.

5 | CONCLUSÃO

O atendimento em PICs contempla a dimensão física, mental, espiritual e social do ser humano, favorecem a saúde e despertam o autocuidado. Logo, recomenda-se que sejam

realizados estudos sobre a percepção dos estudantes e dos profissionais da saúde sobre as PICs no território brasileiro, dado que o Brasil consiste em um país em desenvolvimento, com o intuito de identificar possíveis fatores locais que influenciam no processo de adoção, incorporação e implementação destas práticas nos serviços de saúde.

Estas inadequações estruturais das unidades para o desenvolvimento do trabalho com técnicas de cuidado coletivas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J.;KANAN, L.A.;MASIERO, A.V. **Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira.** Saúde em Debate.v.43,n.123,p.1205-18,2019.Disponível em: : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042019000401205&tlng=pt. Acesso em: 10 Dez.2018.
- ALBUQUERQUE, L.V.C.;LIMA, J.W.D.O.;SILVA, A.B.G.;CORREIA, I.C.M.;MAIA, L.R.O.G.;BESSA, M.C. et al. **Complementary and Alternative Medicine Teaching: Evaluation of theTeaching-Learning Process of Integrative Practices in Brazilian Medical Schools.** Rev Bras Educ Med.v.43,n.4,p.109-16,2019.
- BARBOSA, F.E.S.; GUIMARÃES, M.B.L.; SANTOS, C.R.; BEZERRA, A.F.B.; TESSER, C.D.; SOUSA, I.M.C. **Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil.** Cad Saude Publica.v.36,n.1.e00208818.
- BARROS, N.F.; SPADACIO, C.; COSTA, M.V. **Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios.** Saúde em Debate.v.42,n.1,p.163-73,2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 14 Ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais - **Aplicativos de captação da produção ambulatorial APAC Magnético – BPA Magnético - VERSIA – DE-PARA – FPO Magnético.** Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação. Brasília: DF, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. SIA - **Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS Apresentação.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/ambulatoriais/sia>. Acesso em: 14 Ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.** Brasília, 2018. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 14 Ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. **Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.** Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html. Acesso em: 14 Ago. 2020.

BOING, A.C.; SANTIAGO, P.H.R.; TESSER, C.D.; FURLAN, I.L.; BERTOLDI, A.D.; BOING, A.F. **Prevalence and associated factors with integrative and complementary practices use in Brazil. Complement Ther Clin Pract.**v.37,p.1-5, 2019. Disponível em :<https://doi.org/10.1016/j.ctcp.2019.07.009>. Acesso em: 15 Ago. 2020.

CALADO, R. S. F.; SILVA, A.A.O.B.da; OLIVEIRA, D.A.L. et al. **Ensino das práticas integrativas e complementares na formação em enfermagem.** Rev enferm UFPE on line, Recife: v.13, n.1, p.261-7, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i01a237094p261-267-2019>. Acesso em: 02 Nov.2020.

DALMOLIN, I.S.; HEIDEMANN, I.T.S.B.; FREITAG, V.L. **Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: desvelando potências e limites.** Rev da Esc Enferm da USP, p.53, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018026603506>. Acesso em: 02 Nov.2020.

FERRAZ, I.S.; CLIMACO, L.C.C.; ALMEIDA, J.D.S.; ARAGÃO, S.A.; REIS, L.A. dos; FILHO, I.E.M. **Expansão das práticas integrativas e complementares no Brasil e o processo de implantação no sistema único de saúde.** Enfermeria actual en Costa Rica. v.18, n.38, 2019. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/enfermeria/article/view/37750>. Acesso em: 26 Set.2020.

FERREIRA, S.K.S.; CUNHA, I.P.; MENEZES, M.C.; CHECCHI, M.H.R. **POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.** Revista Faipe, v.10, n.1, p. 21-39, jan-jun. 2020.

FISCHBORN, A. F. et al. **A Política das Práticas Integrativas e Complementares do SUS: o relato de experiência sobre a implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde.** Cinerjis, Santa Cruz do Sul: v.17, n.4, supl.1, p. 358-363, 2016.

FRANCO, R.S.; NOGUEIRA, J.; GUERRA, V.A. **Traditional and complementary medicine as health promotion technology in Brazil. Health Promot Int.**v.1,n.34,p.174-81,2019. Supl:1. Disponível em: https://academic.oup.com/heapro/article/34/Supplement_1/i74/5187410. Acesso em: 26 Set.2020.

GALVANESE, A.T.C.; BARROS, N.F.D.O.; LUCAS, A.F.P. **Contribuições e desafios das práticas corporais e meditativas à promoção da saúde na rede pública de atenção primária do Município de São Paulo, Brasil.** Cad.Saúde Pública.v.33,n.12, 2017,e00122016.Epub.INSS 1678-446. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00122016>. Acesso em: 26 Set.2020.

HEALTH ORGANIZATION. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional.** Geneva: p.1–72,2013.
MENDES, D. S. et al. **Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem.** Journal Health NPEPS: v.4, n.1, p. 302-318, 2019.

REIS, B.O.; Esteves, L.R.; GRECO, R.M. **AVANÇOS E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO BRASIL.** Rev APS. v.21,n.3,p.355-64, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16383>. Acesso em: 27 de Set.2020.

ROCHA, S.P. et al. **A trajetória da introdução e regulamentação da acupuntura no Brasil: memórias de desafios e lutas.** *Ciência & Saúde Coletiva*: v.20, n.1, p.155-164, 2015.

RUELA, L.O.; MOURA, C.C.; GRADIM, C.V.C.; STEFANELLO, J.; IUNES, D.H.; PRADO, R.R. **Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura.** *Cien Saude Colet*.v.24,n.11,p.4239-50,2019.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001104239&tlng=pt. Acesso em: 26 Set.2020.

SANTEE, K.M.; OLIVEIRA, T.S.; SANTOS, T.R.; LIA, M.R.G.; FERNANDES, C.N.S. et.al. **O uso da música nos serviços de saúde; uma revisão integrativa.** v.2,2019.Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/viewFile/14432/10087>. Acesso em: 26 Set.2020.

SOUSA, L.A.; BARROS, N.F.; PIGARI, J.O.; BRAGHETTO, G.T.; KARPIUCK, L.B.; PEREIRA, M.J.B. **Acupuntura no Sistema Único de Saúde – uma análise nos diferentes instrumentos de gestão.** *Cien Saude Colet*. v.22,n.1,p.301-10,2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017000100301&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 Dez. 2020.

TELESI JUNIOR, E. **Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS.** *Estudos avançados. On-line version* ISSN 1806-9592. V.30,n.86,p.99-112,2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007>. Acesso em:14 Dez.2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde,1978.** Declaração de Alma-Ata. Alma Ata, Cazaquistão,1978. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf. Acesso 02 Nov.2020.

WHO (OMS). **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023.** OMS Ginebra; 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 5, 55, 56, 124, 125, 149, 164, 172

Agente comunitário de saúde 42, 50, 51, 52, 56, 196

Aprendizagem 5, 6, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 48, 182

Assistência 7, 8, 9, 2, 3, 4, 6, 7, 34, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 69, 70, 87, 100, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 124, 125, 127, 129, 149, 150, 163, 170, 171, 181, 186, 193, 200, 201, 203, 210, 211, 212

Atenção Secundária 8, 106, 109, 110, 127

Autocuidado 5, 8, 5, 25, 27, 28, 29, 30, 34, 37, 38, 39, 72, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 137

C

Câncer de mama 76, 77, 78, 79, 83, 84

Cuidados da saúde 4

D

Deficiência 168, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 201, 204

Dermatologia 15, 125, 127, 128, 130, 213

Diabetes mellitus (DM) 28

Diagnóstico 9, 10, 23, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 55, 56, 57, 58, 61, 76, 78, 82, 83, 84, 100, 103, 104, 108, 109, 113, 115, 119, 120, 141, 152, 154, 155, 157, 159, 169, 202, 211, 215

Doenças Transmitidas por Alimentos e de Veiculação Hídrica (DTAH) 119

E

Educação em saúde 5, 8, 21, 25, 29, 49, 51, 100, 102, 104, 122, 157, 159, 195

Escala de Braden 8, 86, 97, 98

Estratégia 6, 8, 9, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 21, 26, 34, 35, 38, 40, 42, 49, 52, 57, 58, 59, 69, 71, 73, 77, 103, 107, 108, 109, 115, 118, 119, 120, 122, 132, 161, 162, 163, 164, 170, 173, 176, 185, 195, 196, 197, 201, 210

F

Frequência Alimentar 27, 31, 32

G

Grau de conhecimento 5, 6, 27, 30, 31, 33, 37

H

Hábitos Alimentares 28, 112

Hanseníase 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 127

Higienização das mãos 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

I

Infecção Hospitalar 2, 3, 6

Interação Social 113, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Internações 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 121, 167, 201

L

Lesão por pressão (LPP) 87

M

Mamografia 76, 78, 79, 82, 83, 84

Material Educativo 5, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 109

O

OMS 2, 3, 4, 5, 15, 61, 62, 69, 70, 71, 74, 75, 102, 202

P

Participação popular 9, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

Pênfigo Vulgar (PV) 152, 154

Perfil Alimentar 6, 27, 30

Políticas de saúde da criança 200

Prática assistencial segura 6

Prática Educativa 18, 26

Prevenção 5, 3, 10, 11, 12, 16, 21, 28, 29, 39, 48, 56, 61, 76, 79, 83, 84, 87, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 108, 109, 118, 119, 121, 122, 147, 153, 157, 163, 186, 187, 194, 195, 202, 204, 210, 211, 214

Q

Qualidade de vida 5, 27, 28, 37, 40, 41, 43, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 72, 108, 109, 120, 136, 150, 151, 155, 157, 159, 184, 187, 211

S

Saúde Mental 9, 45, 46, 50, 52, 136, 139, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197

Segurança do paciente 2, 3, 6, 94

Serviços de saúde 5, 9, 3, 6, 16, 22, 37, 50, 56, 58, 61, 62, 69, 72, 73, 75, 83, 97, 100, 101, 109, 120, 124, 125, 126, 130, 146, 147, 150, 151, 162, 163, 172, 192, 201, 203, 204

Síndrome de Burnout 50, 52, 131, 132, 140, 141, 142

Sofrimento 40, 41, 42, 44, 50, 51, 87, 137, 167, 169, 171, 191, 193, 194

T

Terapias Complementares 61

Tratamento 9, 10, 19, 21, 24, 29, 30, 35, 37, 39, 40, 42, 50, 55, 56, 57, 58, 61, 87, 96, 100, 103, 104, 113, 121, 133, 150, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 188, 189, 193, 197, 202, 211, 215

Tuberculose 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59

U

Unidade de Saúde da Família 6, 27

Unidade de Terapia Intensiva 8, 86, 88, 94, 97, 99

V

Vigilância 8, 2, 7, 10, 87, 88, 97, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 198, 204, 211

Violência Infantil 198, 202, 203, 207, 208, 209, 211, 212

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA

Saúde Coletiva

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA

Saúde Coletiva

www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021